

TCE cobra explicações sobre reajuste da tarifa de ônibus

Tribunal aponta falhas em dados e planilhas usados durante o cálculo tarifário

Por Leandra Lima

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) determinou que a Prefeitura de Petrópolis e a Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans) prestem esclarecimentos, no prazo de 15 dias, sobre possíveis irregularidades no processo de reajuste da passagem de ônibus para R\$ 5,90. O TCE vai examinar a legalidade do aumento e verificar se está de acordo com as planilhas de custos, a governança da bilhetagem e o cumprimento das normas municipais.

A decisão partiu da análise de uma representação protocolada pela vereadora Júlia Casamasso (PSOL), em conjunto com o deputado estadual Yuri Moura, do mesmo partido. Júlia já havia solicitado perícia técnica à 4ª Vara Cível de Petrópolis, no ano passado, sobre o mesmo assunto, pedindo que fossem auditados todos os elementos utilizados no cálculo tarifário.

Uma das principais falhas apontadas pela parlamentar foi a quilometragem, que, segundo ela, estava quase inalterada se comparada aos anos de 2023 e 2025, mesmo com menor quantidade de veículos circulando. Conforme expresso no documento, a planilha apresentada pela CPTrans tinha como base elementos enviados pelo Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Petrópolis (Setranspetro), dando margem para erros e apontando a necessidade de maior atenção quanto à consistência dos dados.



Divulgação

Representação diz que dados não foram ajustados entre 2023 e 2025

Planilha da CPTrans seria baseada em dados do Setranspetro



Marlus Renato

Análise do Tribunal de Contas

A análise do TCE-RJ, que culminou na decisão, levou em consideração as denúncias dos parlamentares sobre o procedimento, que, segundo eles, estaria com vícios que comprometem a legalidade e a transparência tarifária. Foram destacados a ausência de decreto regulamentar, a inexistência de parecer do Conselho Municipal de Trânsito e Transportes (COMUTRAN) e a presença de inconsistências relevantes nas planilhas de custos apresentadas pela CPTrans, fato que já havia sido apontado no pedido de perícia da vereadora.

Entre outras questões, a bilhetagem se encontra sob responsabilidade de entidade privada (Setranspetro), o que, de acordo com a Corte, pode configurar violação à legislação municipal.

Diante do exposto, o órgão afirmou que os problemas apresen-

tados, ligados ao transporte público municipal, não são uma questão isolada, apontando que tais situações fazem parte de uma raiz estrutural no modelo de concessão e na regulação dos serviços. Relembrando, então, o processo que trata de novas licitações do transporte na cidade, que deveria ter ocorrido ainda em 2025.

A situação, no entanto, foi agravada por decisões da gestão anterior, que retirou de circulação as linhas operadas pelas empresas Cascatinha e Petro Ita devido a irregularidades na prestação do serviço. Para suprir a demanda, passaram a operar, de forma emergencial, as empresas Transporte São Luiz (Cidade das Hortênsias), Expresso Brasileiro Transportes Ltda. (Cidade Real) e TURP – Transporte Urbano de Petrópolis Ltda.

Segundo o TCE, a ausência de uma reestruturação efetiva do sistema prolongou os problemas. Parte dos contratos emergenciais já ven-

ceu, e a frota da empresa São Luiz segue em operação sem contrato formal.

“As auditorias, inspeções e acompanhamentos realizados pelo TCE vêm evidenciando, de forma sistemática, fragilidades na modelagem contratual, na fiscalização das concessionárias, na política tarifária e nos mecanismos de controle da prestação do serviço, demonstrando que as dificuldades atualmente observadas decorrem de problemas de natureza estrutural e de longa duração, já apontados em diversos relatórios técnicos e deliberações da Corte de Contas”, diz um trecho do documento.

Esclarecimentos

A Prefeitura terá que esclarecer os seguintes fatos:

- A incoerência entre a quilometragem declarada e a efetiva capacidade operacional da frota;
- O aumento injustificado nos valores estimados para aquisição de

veículos;

- A operação de veículos acima da idade máxima permitida pela regulamentação municipal;

- Os aumentos desproporcionais nos custos de depreciação e remuneração de capital;

- A manutenção de tarifas elevadas apesar da redução dos custos operacionais e fixos;

- As inconsistências nos dados de bilhetagem, acessos aos terminais e auditoria realizada pelo Setranspetro;

- A inclusão de repasses indevidos na planilha tarifária, em afronta à legislação municipal;

- A inobservância das exigências formais previstas na Lei Orgânica Municipal para reajuste tarifário;

- A ausência de manifestação prévia obrigatória do COMUTRAN;

- O afastamento imotivado do precedente administrativo estabelecido pelo Decreto nº 562/2023;

- A indevida substituição do ato administrativo pelo cumprimento direto de decisão judicial, sem edição de decreto;

- A omissão em informar ao juízo a legislação municipal pertinente, comprometendo a execução da decisão judicial.

Posicionamentos

Sobre o fato, a vereadora Júlia Casamasso expressou, através das redes sociais, que a população teve que pagar a mais por uma tarifa sustentada por inconsistências e fragilidades. “Estamos falando de um sistema em que, na prática, quem produz os dados e quem os audita são as próprias empresas, por meio do seu sindicato, o Setranspetro. A população segue pagando caro por um serviço precário”, disse.

A Prefeitura, por sua vez, informou que a quilometragem do sistema se manteve praticamente estável, mesmo com a redução da frota, em razão do aumento da produtividade dos veículos. E esclareceu que, à época, se posicionou de forma contrária ao reajuste da tarifa, considerando os problemas operacionais ainda apresentados pelas empresas, como falhas na prestação do serviço e irregularidades nas viagens.

E reforçou que o cálculo tarifário seguiu critérios técnicos previstos na legislação vigente e na metodologia adotada pela CPTrans. Já em relação ao Comutran, salientou que se trata de um órgão de caráter consultivo, não sendo responsável por deliberações sobre reajuste tarifário.